Plano prevê um aumento de R$13, 5 bilhões em relação à safra anterior

Plano Safra 2020/2021 contará com R$ 236,3 bilhões, um aumento de R$ 13,5 bilhões em relação ao anterior. Segundo o Ministério Agricultura, é o maior plano já anunciado na história, e, novamente, vai priorizar os pequenos e médios produtores. Os recursos vão garantir a continuidade da produção no campo e o abastecimento de alimentos no país.

Do total de recursos, R$ 179,4 bilhões serão destinados para custeio e comercialização e R$ 57 bilhões para investimentos nos diversos setores produtivos do agronegócio. Os financiamentos podem ser contratados de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

“Neste momento desafiador, pelo qual ainda passam o Brasil e o mundo, se torna ainda mais importante garantir a nossa próxima colheita, para que continuemos a bater recorde de produção de alimentos”, afirmou a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina em cerimônia no Palácio do Planalto junto com o presidente da República, Jair Bolsonaro.

“Em meio a tantas adversidades, temos de agradecer por conseguir manter a oferta de alimentos, em quantidade e qualidade, nas Ceasas, supermercados e feiras”, destacou. “Acredito que agora, depois de enfrentarmos essa pandemia, nós, brasileiros, saberemos valorizar mais quem está no campo e faz chegar à nossa mesa comida farta e de qualidade”.

O plano lançado prevê aos pequenos agricultores rurais R$ 33 bilhões para financiamento em atividades agropecuárias, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e os médios produtores rurais, R$ 33,2 bilhões por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Demais produtores e cooperativas vão contar com recursos da ordem de 170,17 bilhões de reais.

Houve redução em todas as taxas de juros dos programas contemplados pelo Plano Safra 2020/2021 que vão variar de 2,75, a 7,5% ao ano.

Destaques do Plano Safra 2020/2021

O recurso do Seguro Rural no Plano Safra 2020/2021 será de R$ 1,3 bilhão de reais. “Este ano, tivemos uma seca monumental. Há 15 anos o Rio Grande do Sul não tinha a seca pela qual passou agora. E se não fosse o seguro rural, que muitos produtores tomaram, talvez a situação seria muito pior a que temos lá hoje”, explicou a ministra.

Segunda a ministra da Agricultura, os investimentos no Plano Safra 2020/2021 também cresceram, em média, 29% em inovação tecnológica, armazenagem, irrigação, agricultura e pecuária de baixa emissão de carbono. “Isso é o que precisamos para mostrar pro mundo que a agricultura brasileira é sustentável e trabalha sim em busca da modernidade. A Embrapa tem nos dado todo o suporte para mostrarmos lá fora essa agricultura tropical que só nós temos e que trabalha com baixa emissão de carbono”, disse.

Neste ano, foram destinados 33,3% a mais de recursos para o programa Inovagro, que financia estações meteorológicas e produção de bioinsumos; e 43,4% a mais para o Moderinfra, de irrigação.

Previsão Safra 2019/2020

Ao anunciar o Plano Safra, a ministra também disse que o setor do agronegócio está pronto para contribuir com a retomada econômica do Brasil pós pandemia. No primeiro trimestre deste ano, enquanto outros setores sofreram retração, a agropecuária cresceu 1,9%. “Esse cenário, presidente, nos dá a convicção de que a agropecuária brasileira será um dos principais motores da retomada econômica após a Covid-19, que impôs uma situação dramática, nunca vista, em esfera

global”, afirmou.

Tereza Cristina destacou ainda a expectativa para a safra 2019/2020. “O esforço do governo Jair Bolsonaro para viabilizar esse Plano Safra é um reconhecimento às conquistas e ao potencial do setor que está pronto para contribuir para a retomada econômica. Destacamos as boas previsões para este ano: um aumento da área plantada e a colheita de safra recorde de grãos, estimada em 250,5 milhões de toneladas (3,5% superior à safra anterior). É importante frisar ainda que a contratação de crédito rural na safra passada foi a maior já verificada, somando R$ 207 bilhões”, ressaltou.

Fonte: GOV.BR, em 17.06.2020